

Notas sobre ecomunitarismo e esporte educativo e cooperativo

Notes on ecomunitarism and educational sport and cooperative

SIRIO LOPEZ VELASCO¹

Resumo: Neste trabalho apresentamos de forma muito resumida os fundamentos da ética, o perfil geral do ecomunitarismo e as noções básicas de educação e educação ambiental ecomunitarista, para introduzir nossa visão do conceito de atividade física e esporte educativos e cooperativos e dar alguns exemplos possíveis do mesmo.

Palavras-chave: Ética. Ecomunitarismo. Esporte educativo e cooperativo.

Abstract: In this paper we present very briefly the foundations of ethics, the general profile of ecomunitarism and the basics notions of education and environmental education ecomunitarist to introduce our vision of the concept of physical activity and sport educative and cooperative and give some examples of possible same.

Keywords: Ethics. Ecomunitarism. Cooperative educative and sport.

Introdução

Neste trabalho apresentamos de forma muito resumida os fundamentos da ética, o perfil geral do ecomunitarismo e as noções básicas de educação e educação ambiental ecomunitarista, para introduzir nossa visão do conceito de esporte educativo e cooperativo e dar alguns exemplos possíveis do mesmo. Ressaltamos que a nossa perspectiva é filosófica e que não somos especialistas na área, pelo que aguardamos as críticas, observações e contribuições dos entendidos, para avançarmos conjuntamente nesta importante questão.

¹ Filósofo e Professor Titular da FURG e Doutor em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (1985). Atuou como Professor Visitante do PET/Filosofia da UNIOESTE. E-mail: lopesirio@hotmail.com

Uma pílula de ética

A três normas fundamentais da ética (deduzidas argumentativamente da pergunta que a instaura, a saber, “Que devo fazer?”) prescrevem, respectivamente, lutar para realizar progressivamente nossa liberdade individual de decisão, realizar essa liberdade em buscas de acordos consensuais com os outros, e preservar-regenerar uma natureza humana e não humana saudável (ver LOPEZ VELASCO, 2003 ou 2008).

O perfil genérico do ecomunitarismo

Chamo de ecomunitarismo a ordem socioambiental pós-capitalista na qual os seres humanos reconciliam-se entre si para permitir e incentivar solidariamente o desenvolvimento pleno de cada sujeito, e se reconciliam com o restante da natureza, mantendo em face dela uma atitude permanente de preservação e regeneração.

Fazem parte do ecomunitarismo: a) uma economia ecológica e solidária sem padrões, pautada pelas “6 R” (refletir para aceitar ou recusar, reduzir o impacto antrópico no planeta, reduzir a quantia de produtos e resíduos em postura de frugalidade ecomunitarista, reutilizar produtos e resíduos, reciclar produtos e resíduos, e, revolucionar o capitalismo rumo ao ecomunitarismo), uma pedagogia problematizadora ecomunitarista, uma erótica da libertação, uma política de todos, e uma comunicação livre e simétrica (ver LOPEZ VELASCO, 2003 e 2012).

Noções de educação e educação ambiental

O *Vocabulaire Technique et Critique de la Philosophie* de André Lalande, define a “educação” como segue (tradução nossa) : 1) Processo que consiste em que uma ou várias funções se desenvolvem gradualmente pelo exercício e se aperfeiçoam, 2) Resultado desse processo. A educação assim definida pode resultar tanto da ação de um outro (é essa a acepção primitiva e mais geral), como da ação do ser que a adquire. Nesse último caso usa-se às vezes a expressão inglesa *self-education*. ‘Educação de jovens’ ou

‘educação’ simplesmente, é a série de operações mediante as quais os adultos (geralmente os pais) exercitam os pequenos da sua espécie e favorecem neles o desenvolvimento de certas tendências e de certos hábitos; quando a palavra ‘educação’ é usada sozinha aplica-se mais frequentemente à educação das crianças da espécie humana.

Já o “Aurélio” diz que a educação é: 2) um processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social; 3) os conhecimentos ou as aptidões resultantes de tal processo; 4) o cabedal científico e os métodos empregados na obtenção de tais resultados; 6) aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas; 7) conhecimento e prática dos usos da sociedade.

Pelas acepções dois e seis o “Aurélio” nos faz lembrar a concepção de Platão (ver *A República*) segundo a qual o ser humano precisa desenvolver não somente o saber e a sabedoria, mas também a coragem e a temperança (correspondentes às três partes da alma a as suas diversas virtudes), harmonizando equilibradamente o todo (no que vem a ser a quarta virtude, a justiça). Já as acepções 2 e 7 deixam no ar o problema da “integração” a “usos” da sociedade que podem ser nefastos para a saúde da natureza humana e não humana.

Relacionando o conceito a essas duas definições devemos lembrar que a “educação ambiental” visa (ver a Lei brasileira de Política Nacional de Educação Ambiental), a desenvolver certos valores, conhecimentos, habilidades e comportamentos, os quais, acrescentamos, devem conduzir rumo ao ecomunitarismo.

Da minha parte defino a educação ambiental como sendo a educação problematizadora (no sentido de Paulo Freire, 1970) fundamentada na ética argumentativa e orientada rumo ao ecomunitarismo. Lembremos que para Paulo Freire educar-se é conscientizar-se, e que “conscientização” significa desvelamento crítico das instâncias de dominação existentes na realidade e transformação dessa mesma realidade rumo a uma sociedade sem opressores nem oprimidos. Se ampliarmos a perspectiva em abordagem socioambiental então podemos estender o desvelamento crítico ao conjunto das instâncias de dominação e

devastação, e a ordem socioambiental visada será aquela na qual os seres humanos (a partir da ética argumentativa) se reconciliem fraternalmente entre si e também com o restante da natureza, mediante a prática de um intercâmbio que permita a preservação e/ou a permanente regeneração de uma natureza humana e não-humana saudável.

Nessa última característica (baseada na terceira norma fundamental da ética) apoia-se a reivindicação ecomunitarista da visão grega que concebia a educação do corpo (ginástica) como parte indissociável da educação em geral (não esqueçamos que Platão exigia a educação pela ginástica e pela música antes mesmo de se começar a alfabetização das crianças) e do velho princípio que reza “mente saudável em corpo saudável” (para reafirmar o caráter corporal-mental indissociável do ser humano).

O esporte educativo e cooperativo

No capitalismo o esporte profissional virou uma atividade lucrativa a mais, e em função do lucro sacrificam-se as três normas fundamentais da ética; não se respeita a liberdade pessoal, não se pratica uma atividade cooperativa e consensualmente organizada-desenvolvida, e coloca-se em risco a saúde da natureza humana e não humana, por doping, lesões devidas a esforços exagerados, e poluição-devastação de ambientes afetados por práticas desportivas (em especial as motorizadas, com carros, lanchas, aviões, etc.). O *doping* crônico do super-campeão de ciclismo Lance Armstrong, descoberto e punido em 2012, e os jogadores e clubes de futebol reduzidos a simples mercadorias que se compram e se vendem como qualquer outro objeto, são dois exemplos claros dessa perversão imposta ao esporte pelo capitalismo. Assim os indivíduos são sacrificados ao deus do lucro e o espírito comunitário sucumbe à glorificação do individualismo egoísta.

Podemos elencar como princípios do esporte cooperativo os seguintes: 1) nunca será praticado por dinheiro, 2) priorizará a cooperação (alicerçada na segunda e primeira norma da ética, ou seja, a atividade consensual baseada na liberdade de contribuição de cada um), 3) sempre zelará pelo respeito da terceira norma da ética, ou seja, pela preservação-regeneração da saúde da natureza

humana e não humana; assim fomentar-se-á a atividade que promova tal saúde e lutar-se-á contra (inclusive pela proibição) das atividades que intrinsecamente objetivam machucar o adversário (como é o caso do boxe).

É claro que algumas brincadeiras de criança, com as suas correrias e regras criadas e reinventadas cooperativamente (Cf. PIAGET, 2003), são belos exemplos de esporte educativo e cooperativo, que podem ser reivindicados pela proposta ecomunitarista; com efeito, elas propiciam o desenvolvimento de um corpo saudável num ambiente de confraternização no qual a criança aprende o valor da camaradagem, do esforço coletivo e, inclusive, do sacrifício em prol dos outros; claro que é importante saber criticar e não incentivar outras brincadeiras de criança que incluem o espírito competitivo e de oposição entre indivíduos e/ou grupos, próprio do capitalismo. Como sabemos o capitalismo é a guerra de todos contra todos, que se exprime na oposição entre capitalistas e trabalhadores, e vice-versa, entre capitalistas, e entre trabalhadores; essa oposição vai acompanhada da crescente indiferença entre os seres humanos. A guerra entre capitalistas e trabalhadores tem por motivos principais o montante do salário, a duração da jornada de trabalho e as condições de trabalho (o capitalista querendo pagar o menor salário possível, aumentar o mais possível a jornada, e gastar o menos possível nas condições de trabalho que oferece aos seus assalariados; e os assalariados pretendem exatamente o contrário de tudo isso). A indiferença se manifesta na tranquilidade com a qual passamos na frente de alguém caído na calçada e nem paramos para saber o que está acontecendo com esse ser humano; um ator fingiu passar mal em plena rua e constatou que a reação de indiferença crescente dos viandantes era proporcional ao grau de desenvolvimento capitalista do local; num pequeno povoado semi-rural com capitalismo urbano incipiente, quase todos pararam para ajudá-lo; numa cidade média com indústrias de médio porte e comércio mediano, mais ou menos metade dos transeuntes parava e a outra metade não; e numa grande cidade, com grandes indústrias, comércios, bancos, etc., quase ninguém parou para prestar-lhe socorro. Esse espírito de concorrência é levado para o esporte, já a partir da mais tenra infância e na escola, com a glorificação do vencedor e a condena do perdedor (adjetivo que nos EEUU passou

a ter caráter pejorativo). Essa lógica chega inclusive ao extremo de incentivar e justificar a busca da vitória a qualquer preço, e, no final de 2012, aconteceu que um jogador brasileiro de futebol atuando por um time russo, obrigado pelo *fair play* a devolver a bola para o adversário (que a tinha jogado fora para que fosse atendido um jogador machucado), aproveitou-se da situação para marcar um gol face à total passividade do outro time, que depois de consumado o fato, protestou com veemência; ora, o tal jogador, não contente com o que tinha feito, quando foi questionado pelo seu gesto, declarou cinicamente “o choro é livre” (e somente dias depois se desculpou obrigado pelo seu clube). É claro que com tais condutas, que podem ser consciente ou inconscientemente incentivadas desde a escola com jogos e modalidades desportivas de competição-oposição, está sendo claramente violentada a segunda norma da ética que exige comportamentos consensuais-cooperativos com os outros; e também pode vir a ser violada a terceira norma da ética, porquanto o equilíbrio mental dos participantes em tais atividades esportivas pode ser comprometido, em especial no caso dos “perdedores”, com situações de muito estresse, decaimento da auto-estima, e depressão (que podem ter no caso dos adolescentes prolongamentos em impotência sexual ou frigidez); já o “ganhador” de hoje pode desenvolver uma agressividade desmedida e sofrer de um alto estresse pela obrigação a ele imposta (e/ou auto-imposta) de ganhar nas próximas vezes, que pode desembocar nas patologias do “perdedor” diante do primeiro “fracasso”.

Assim, a educação guiada pelas três normas da ética deve promover, na atividade física-esportiva, (a partir da primeira norma) o uso da liberdade individual para resistir à pressão da lógica “ganhador-perdedor” e à tentação da busca da vitória a qualquer custo, (a partir da segunda norma) a promoção das atividades cooperativas (que, mesmo quando aceitem em parte a dicotomia vitória-derrota, o façam privilegiando a cooperação), e (a partir da terceira norma) a diminuição da agressividade inter-individual e/ou intergrupar, do estresse e das circunstâncias depressivas, ao tempo que, é claro, zela pelo bem-estar físico dos praticantes (sem nunca ultrapassar os limites que possam comprometer a sua saúde física).

Atividades físicas cooperativas

Esse espírito pode ser trazido para o ambiente escolar através de caminhadas realizadas em coletivo pela turma, nas quais cada um é chamado a ajudar a si mesmo e aos outros, pelos seus comentários, a apreciar-debater o valor histórico ou estético ou ecológico-paisagístico ou socioambiental dos lugares percorridos, quer seja em ambiente urbano, quer seja em ambiente rural. Essa atividade pode ser fundamental para que os alunos redescubram com um novo olhar e uma nova compreensão dialogada (*in loco* e no debate da sala de aula, com o educador e os colegas) a cidade onde moram ou a área rural visitada; assim poderão se aperfeiçoar, por exemplo, no conhecimento, apreciação e respeito e/ou visão crítico-propositiva: a) da história de casas, prédios, praças, instalações públicas, bairros, etc., b) dos acontecimentos históricos ocorridos numa determinada área rural, c) da pobreza ou desigualdade existente numa cidade ou área rural, c) das carências socioambientais em matéria de água encanada, esgoto, luz, atenção à saúde, educação, transporte, consumo ou consumismo, gestão de resíduos, etc., existentes nesses locais, d) do valor ecológico de jardins, praças, árvores e plantas, e/ou animais, e ecossistemas ali existentes, ameaçados, ou faltantes, e) das áreas de lazer existentes ou não para jovens e adultos (em especial da terceira idade), f) um longo e variado “etcetera” que a criatividade do educador ecomunitarista saberá preencher caso a caso.

Este enfoque já vem sendo desenvolvido de forma muito interessante pelos professores (de Educação Física) Cunha e Balinhas (CUNHA & BALINHAS, 2012). O que eles propõem é circular com grupos de alun@s “mapeando bairros, registrando histórias, produzindo saberes e conhecimentos em contato com ruas e arroyos, praças e banhados, arranha-céus e rios aproxima os/as estudantes das comunidades escolares”; apresentando seu projeto-trabalho, dizem: “Considerando o corpo como ambiente, o projeto está construindo aproximações entre o ritmo orgânico corporal e o ritmo da natureza não humana, possibilitando a percepção de que somos natureza e cultura, na medida em que produzimos e instituímos sentidos e significados à vida e ao mundo. De outro modo, relações entre corpo, movimento e ambiente se apresentam como oportunidades de contato do (as) licenciandos

(as) e professores (as) com realidades urbanas e lugares de menos entropia, aguçando percepções e conhecimentos”; e ainda: “A pesquisa participante, que orienta esta investigação, tem a imersão nas diferentes realidades como ponto de partida, e se caracteriza pela construção de conhecimentos acerca dos contextos em que se encontram as comunidades e as escolas. Para tanto, estamos utilizando registros áudio visuais e desenhos; também pretendemos organizar reuniões com professores/as, estudantes e direção das escolas dos bairros visitados, conversas com antigos/as moradores/as e demais contatos que permitam compor outras formas de olhar os bairros e seus habitantes. Seminários de estudos estão previstos com os/as integrantes do grupo de pesquisa, além de reuniões semanais para seguirmos organizando e projetando os caminhos do estudo e da pesquisa. A confecção de murais e elaboração de materiais para divulgação das atividades na imprensa local, além de textos postados no site da universidade, fazem parte das ações que vem sendo realizadas. As saídas de campo, na maioria das vezes, são realizadas a pé, mas também utilizamos bicicletas e demais meios de transporte que se mostrarem necessários”. Resumindo seus objetivos esclarecem: “Este estudo tem se proposto oportunizar a percepção das diversas realidades locais, conhecer e identificar as pluralidades de modos de vida que comporta uma localidade; identificar áreas, locais e prédios capazes de contar os caminhos trilhados pela cidade; elaborar a escrita a partir dos registros sistemáticos tais como as observações e as narrativas de jornada; percorrer as distâncias do município a partir do deslocamento: andar e pedalar; sensibilizar os/as estudantes aos ambientes urbanizados e menos impactados pela ação humana; contrapor o tempo-máquina (carros, motocicletas, ônibus, aviões) ao tempo-orgânico; aproximar a Educação Física dos saberes ambientais, agregando mais esta dimensão à formação acadêmica; pretende construir roteiros geográfico-históricos e arquivos visuais da região; e, por último, tem a intenção de publicar a “Cartilha de Uruguaiana – os caminhos de uma cidade”. É de se salientar que os textos produzidos a partir dos docentes e alunos participantes estão animando uma coluna semanal em um dos jornais locais (de Uruguaiana, RS).

Outros jogos cooperativos

As obras de Brown (BROWN, 1994) e Brotto (BROTTO, 2000) apresentam muitos jogos cooperativos (e essas duas obras, das quais a primeira foi fonte de inspiração da segunda, fazem uma breve introdução teórica da proposta, mais desenvolvida na primeira delas). Dentre essas muitas propostas retemos aqui somente duas, nas quais as regras tradicionais têm sido modificadas no sentido cooperativo.

Pega-pega

Contrariamente às regras tradicionais dessa brincadeira, “começa-se com duas pessoas, os ‘pegadores’, que perseguem as demais de mãos dadas; cada pessoa tocada é incorporada a essa ‘corrente’ que vai crescendo e perseguindo os demais; o processo segue até integrar todos”; e o autor esclarece: “Convém estabelecer, no começo, alguns limites de espaço dentro do qual se brincará; o grupo seguramente se dará conta de que, enquanto vai crescendo o ‘pegador’, mais facilmente se conseguirá tocar os outros; o grupo pode aproveitar a ‘força numérica’ e, agindo como um corpo unido conseguirá incorporar todos” (BROWN, 1994, p. 71).

Dança das cadeiras

Contrariamente às regras individualistas dessa brincadeira, pode se revolucionar a atividade fazendo com que ao se retirar progressivamente uma cadeira, ganha o conjunto que conseguir sentar mais participantes numa cadeira só, sem que ninguém fique eliminado; assim, por exemplo, pode se começar com 20 participantes e 19 cadeiras, e a cada vez que a música parar, com uma cadeira a menos, os participantes irão se agrupando em quatro ou cinco em cada cadeira (nas beiradas, no colo de outro colega, etc.), e o “racimo” maior ao fim do jogo será o vencedor.

Alternativas cooperativas nos esportes “clássicos”

Também esportes mais “clássicos” podem ser revolucionados na ótica cooperativa, em perspectiva comunitarista. Aqui nos propomos resgatar quatro casos de esportes valorizados no capitalismo, mas pervertidos pela lógica egoísta e individualista própria a esse modo de vida (onde vigora a alienação expressada na concorrência impiedosa e na indiferença recíproca entre os seres humanos), reinventando-os à luz da ótica comunitarista.

Futebol cooperativo

O futebol é o esporte preferido na grande maioria dos países da A. Latina. Ora, como já foi dito, sua prática tem adotado cada vez mais a lógica capitalista do individualismo, da mercantilização e do lucro. Por isso, propomos algumas alternativas (que poderão e deverão ser completadas com outras mais abrangentes) para dar-lhe uma cara mais cooperativa. Por exemplo, pode-se exigir que: 1) nos gols computados para cada equipe numa partida, será contabilizado somente um de cada jogador (isso obriga a que a equipe se esforce para que todos os seus integrantes marquem seu gol; se um jogador marcar um segundo tento pessoal, o mesmo não será contabilizado para se aferir o resultado da partida); 2) em times de até 6 jogadores, somente será válido aquele gol que acontecer depois que na jogada que o originou, todos os jogadores da equipe tocaram na bola; admite-se somente uma “interrupção” por toque de algum adversário, e se esse tiver feito dois, a contagem dos toques deve recomeçar; para os times de 11 jogadores pode-se fixar como regra que para que um gol seja validado pelo menos seis jogadores da equipe que marca o gol tenham tocado na bola (valendo a regra de “interrupção” acima citada); 3) haverá revezamento do goleiro e de todas as posições da defesa e do ataque depois de cada gol válido.

Voleibol cooperativo

Assim apresenta Brown quatro alternativas ao esporte tradicional, com a ideia de se “minimizar a competição e colocar mais ênfase na participação de todos”. Eis essas variantes: “1) Toda vez que alguém passa a bola por cima da rede, essa pessoa tem que passar por baixo da rede e se juntar à outra equipe; nessa versão há

troca constante de equipes”; 2) as duas equipes tentam manter um jogo longo, fazendo pontos coletivamente; e em partidas sucessivas tentam melhorar esse resultado; 3) depois de sacar, o jogador junta-se à outra equipe, isto é, quando termina o jogo, todos terão jogado nas duas equipes; e, 4) antes de devolver a bola, todos os integrantes de uma equipe tem que tocá-la; isto é, em vez da regra de três toques, cada membro da equipe tem que tocar na bola antes de passá-la por cima da rede”.(BROWN, 1994, p. 77).

Da minha parte ousou sugerir variantes menos ambiciosas, propondo uma modificação que vale tanto para o vôlei de duplas (como ocorre hoje no vôlei de praia) ou para conjuntos de doze (divididos em seis jogadores a um e o outro lado da rede). Aqui as regras poderiam ser as seguintes: a) mantém-se o formato atual da quadra, rede e bola, b) a regra do saque permanece igual, c) não pode haver duas bolas consecutivas tocadas pelo mesmo jogador do mesmo lado da rede (para se evitar que o jogo se concentre exclusivamente entre os mais dotados de um e de outro lado da rede), d) no “vôlei cooperativo 12” não pode haver duas bolas consecutivas jogadas no retângulo mais próximo do mesmo lado da rede (para se evitar que o jogo seja somente “curto”, não se afastando nunca da rede e não dando possibilidade de participação aos jogadores que estão no fundo de quadra), e) caso sejam violadas essas regras, ou as outras do vôlei atual, a dupla ou time interrompe ali a sua contagem de pontos e cede o seu lugar a outra dupla ou grupo de 12. (É claro que o grupo de 12 pode ser reduzido a 8, com quatro participantes de cada lado da rede, etc.).

Note-se que aqui também há vencedores e perdedores, mas o premiado é o conjunto mais cooperativo.

Basquete cooperativo

Brown (BROWN, 1994, p. 82-84) propõe um singular basquete para até 30 pessoas e um número total de bolas de 60 a 70 de todos os materiais possíveis (incluindo plástico ou papel) e 4 ou 5 “cestas” de vários tamanhos, distribuídas no espaço de jogo (que pode ser a própria sala de aula esvaziada) e com tamanhos e colocações diversas que fazem que seja más fácil-difícil fazer cesta em umas em relação às outras; o grupo deverá decidir o grau

de facilidade de cada cesta, e o número diferente de pontos que se atribuirá a cada cesta (por exemplo, variando entre 10, 20, 50 e 100 pontos cada). E esclarece: “O facilitador sugere que todo o grupo tente lançar as bolas em diferentes cestas, mas trabalhando em equipe. Explica que as bolas serão repartidas entre todos. Todos terão um minuto e meio para encestar a quantidade que quiserem. Farão isso ao mesmo tempo. O facilitador acrescenta mais um detalhe: como nem todas as bolas vão cair na cesta, deve haver alguns ‘recolhedores’ que se colocam perto das cestas e recolhem as bolas que caem fora das cestas. Esses recolhedores devolvem as bolas aos arremessadores. Os recolhedores não podem encestar bolas. Também os arremessadores não podem atravessar a linha nem mesmo para buscar bolas”. Acabado o tempo estipulado pelo grupo, contam-se os pontos obtidos (por exemplo, 31 bolas encestadas na cesta que tem valor 10, 9 na de valor 20, 3 na de valor 50 e 1 na de valor 100, daria um total de 740 pontos). Então “o facilitador deve promover um momento de reflexão, primeiro anunciando o total do grupo (acompanhado dos aplausos de todos). Então pergunta: ‘Bom, isso foi o que com seguimos como grupo... Podemos melhorar?’ Seguramente todos dirão que sim”. Então o facilitador perguntará como fazê-lo, ao que podem responder os participantes que isso aconteceria se cada um arremessa-se com mais calma, e os recolhedores devolvessem as bolas com maior velocidade ou precisão. Então pode se repetir o jogo, para comparar as pontuações sucessivas obtidas, e o facilitador convidará o grupo a refletir sobre a melhora obtida, valorizando os efeitos da melhor cooperação (BROWN, 1994, p. 82-83).

Uma alternativa para o tênis

Li em algum lugar que um dos povos originários da América Latina organizava um tipo de competição na qual cada partida devia se prolongar o tempo necessário para que ela pudesse terminar empatada, para não criar inimizade entre as equipes e manter o espírito cooperativo e pacífico na comunidade. A nossa proposta não chega a esse requinte, pois ainda mantém uma concorrência que determina um final com vencedores e perdedores (embora facilmente as partidas possam se prolongar a gosto até chegar ao empate).

Para o tênis propomos uma nova modalidade, chamada de “tênis cooperativo” na qual: a) se mantém as dimensões e formato atuais da quadra, da rede, das raquetes e das bolas, b) joga-se em sistema de um-com-um (um jogador de cada lado da quadra, mas em situação de parceria e não de concorrência um contra o outro) ou de dois-com-dois (mas também em situação de parceria entre essas duplas e não de concorrência entre elas), c) o objetivo do jogo é dar o maior número de toques na bola (seguindo as regras do tênis atual), mas com as seguintes especificações: c1. o saque permanece com as atuais regras, c2. A bola pode quicar somente duas vezes consecutivas (uma de cada lado da rede) nos retângulos mais próximos a rede, e deve quicar na seguinte em um dos retângulos do fundo de quadra, c3. A bola não pode quicar duas vezes consecutivas no mesmo retângulo do fundo de quadra, c4. A dupla (ou dupla dupla) que violar uma dessas regras, interromperá ali a contagem dos pontos obtidos (que são o número de toques dados na bola até aquele momento pelo total dos jogadores), e cederá seu lugar para outra dupla (ou dupla dupla), c5. Também ocorrerá o mesmo quando forem violadas algumas das outras regras do tênis atual (bola morta na rede, bola fora, dois quiques consecutivos da bola, etc.).

Se alguém objetar que nessa modalidade também existe uma concorrência entre duplas (ou duplas duplas) e a mesma termina com vencedores e perdedores, teremos que lhe dar a razão, mas observando, a) que aqui a luta principal não é contra a outra dupla (ou dupla dupla) mas contra as limitações da própria dupla (ou dupla dupla), e, b) que vence a dupla (ou dupla dupla) mais cooperativa, ou seja, aquela que sabe acertar melhor os seus esforços combinados.

Ao modo de breve conclusão provisória

Como já dissemos, esta é uma reflexão e proposta de um filósofo não especialista na área. Ficamos à espera das críticas, observações e propostas dos entendidos, em especial dos docentes de educação física e educadores ambientais. Cada docente e pessoa interessados poderiam criar na sua cidade uma "Associação (ou Liga) de esporte educativo e cooperativo", para promover as suas

modalidades (inclusive a nível nacional e internacional).

Referências bibliográficas

AURÉLIO. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BROTTO, Fábio Otuzi. *Jogos cooperativos*. São Paulo: Cooperação: São Paulo, 2000.

BROWN, Guillermo. *Jogos cooperativos: teoria e prática*. São Leopoldo (RS): Sinodal, 1994.

CUNHA, Álvaro & BALINHAS, Vera. *Pedagogia das Ruas: caminhar, correr e pedalar*. In: Cadernos de Formação RBCE, p. 97-108, maio 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris: PUF, 1976.

VELASCO, Sirio Lopez. *Ética para o século XXI: rumo ao ecomunitarismo*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____. *Introdução à educação ambiental ecomunitarista*. Rio Grande: Editfurg, 2008.

_____. *Ideias para o socialismo do século XXI com visão marxiana-ecomunitarista*. Rio Grande: Editfurg, 2012.

PIAGET, Jean. *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: PUF, 2003.